



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

ATA DE REUNIÃO DO **COMITÊ DE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC)**, REALIZADA EM **28/07/2025, às 15:15H**, PRESENCIALMENTE (PORTARIA Nº 2309/2025-GP, DE 6 DE MAIO DE 2025)

PRESENTES

1. **DIEGO BAPTISTA LEITÃO - SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E COORDENADOR DO COMITÊ;**
2. **BRUNO RODRIGUES CARDOSO - SECRETÁRIO ADJUNTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO;**
3. **ARILSON GALDINO DA SILVA - COORDENADOR DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA;**
4. **ALINE SANTOS DE OLIVEIRA - COORDENADORA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO;**
5. **ÁLVARO ROGERS CARDOSO ALVÃO - COORDENADOR DE APLICAÇÕES;**
6. **LUCIANA MACHADO SILVEIRA MELLO – COORDENADORA DE GOVERNANÇA;**
7. **PAULA NANCY LIMA DIOCESANO GUERREIRO – SECRETÁRIA DO COMITÊ DE GESTÃO DE TIC.**

PAUTA

- 1- **Acompanhamento de deliberações anteriores;**
- 2- **Projeto de Controle de Acesso de Pessoas no Prédio-Sede (2º Grau);**
- 3- **Contextualização do Processo de Planejamento Orçamentário de TIC;**
- 4- **Apresentação da Proposta de Revisão do Fluxo de Planejamento Orçamentário**

ASSUNTOS DISCUTIDOS

Aberta a 5ª reunião do Comitê de Gestão de TIC do biênio 2025-2027, o Secretário de TIC, Diego Baptista Leitão, prosseguiu à análise dos itens da pauta na sequência apresentada.

De início, o Secretário de TIC solicitou o registro de que na reunião do Comitê de Governança de Segurança da Informação do PJPA (CGSI-PJPA) realizada nesta mesma data, 28/07/2025, foram aprovados dois importantes Planos, quais sejam: Plano de Continuidade de Negócios (PCN) e Plano de Gestão de Riscos (PGR).

Em seguida, foram rememoradas as pautas da reunião do dia 27/06/2025 para o acompanhamento das oito deliberações pendentes de conclusão, quais sejam:

1-OpenShift



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

-O Coordenador de Aplicações comunicou ao Comitê que o sistema Banco de Prompts adotou o OpenSearch como solução padrão, em substituição ao ElasticSearch. Esclareceu ademais, que, atualmente, o sistema encontra-se nacionalizado sob a nova denominação “Promptus”. Nesse contexto, sinalizou que um próximo passo seria promover a adequação do sistema de Jurisprudência para que também passe a utilizar o OpenSearch.

-O Coordenador de Infraestrutura Tecnológica informou que o suporte à utilização do OpenSearch será contemplado no escopo de uma nova contratação, atualmente em andamento.

2. Malote Digital

-Verificou-se que os problemas anteriores de instabilidade do Malote Digital foram resolvidos após a implantação da versão mais recente disponibilizada pelo CNJ, 25.05-0038.

3- Licenças Power BI

-Considerando que a autorização de concessão das 5 (cinco) licenças solicitadas foi determinada na própria reunião do dia 27/06/2025, o Secretário de TIC consignou que esta pauta se encontra exaurida/finalizada.

4- Servidor de Imagem

-Em consulta aos Coordenadores de Atendimento ao Usuário (CAU) e de Infraestrutura Tecnológica (CIT), foi acordado prosseguir com o plano B, utilizando a imagem previamente homologada pela Coordenadoria de Atendimento ao Usuário (CAU) e pela Coordenadoria de Aplicações (CA), já com as observações do colaborador Ronildo Matsuura. A decisão foi alinhada entre Arilson Galdino (CIT) e Bruno Vieira (CAU). Os Coordenadores informaram ainda, que a imagem está em fase de testes, incluindo integração com EntraID, Intune e demais sistemas.

5- Rubrica Específica de Segurança da Informação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

- O servidor Miguel Pernambuco confirmou ao Comitê que foram tomadas todas as providências para o atendimento à Resolução CNJ N° 396/2021, e, nesse propósito, as Ações Orçamentárias foram criadas. Ademais, relatou que a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) assentiu pela criação da Rubrica de Segurança Cibernética, ainda este ano, e que está no aguardo da confirmação pela SEFA sobre a referida criação. Frisou que a solicitação de criação da rubrica foi integralmente concluída, e que o acompanhamento correspondente está sendo realizado por ele e pela servidora Ana Paula, Coordenadora de Orçamento da Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças (SEPLAN).

6- Plano de Gestão – Nova Inclusão: Jurisprudência

-Os Coordenadores de Aplicações e de Infraestrutura Tecnológica comunicaram a inclusão ao Plano de Gestão 2025-2027 da Ação 9.1.2, intitulada “Aprimorar o serviço de pesquisa de jurisprudência do PJPA”. Relataram sobre a composição da equipe, integrada pelos servidores Adisson Silva, Maurício Matos e Rodrigo Divino. A Ação 9.1.2 tem prazo inicial em 01/08/2025, e final em 02/12/2025.

7- Apex da Oracle – Sistema Low-Code

-A Coordenadoria de Infraestrutura Tecnológica (CIT) informou que a ferramenta em questão consta no contrato (076.2023) com a Oracle, e, portanto, a Apex está disponível e pode ser utilizada sem nenhum custo adicional.

-Sobre o tema, o Secretário de TIC comunicou ao Comitê a respeito da realização de um workshop do TRE-PA, no auditório de treinamento da SETIC, na quarta-feira, dia 30/07/2025, ocasião em que a ferramenta de desenvolvimento será apresentada.

8- TI Presente

-A Coordenadora de Atendimento ao Usuário esclareceu que o projeto TI Presente está na terceira semana de execução, no âmbito do Fórum Criminal, onde seguirá até o final do mês de agosto. Informou ainda, que relatórios semanais estão sendo feitos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Finalizado o acompanhamento das deliberações da reunião de 27/06/2025, o Comitê abordou a única deliberação pendente de acompanhamento da reunião do dia 10/07/2025:

1- Implantação do 5G da PRODEPA no Prédio-Sede

-O Coordenador de Infraestrutura Tecnológica informou ao Comitê que o projeto ainda se encontra em fase de PoC - Prova de Conceito (Proof of Concept- PoC), necessária à implantação da rede 5G da PRODEPA no prédio-sede, como terceira via de link dedicado.

Encerrado o acompanhamento de deliberações anteriores, passou-se à pauta atualizada da reunião do dia 28/07/2025:

1- Projeto de Controle de Acesso de Pessoas no Prédio-Sede (2º Grau)

-O Secretário de TIC informou ao Comitê estar a cargo da SETIC a condução e entrega de um sistema gerencial de segurança completo perante a Presidência, de forma que está em fase de elaboração o Projeto de Controle de Acesso Predial do 2º grau. Mencionou que, à princípio, consistirá na instalação de catracas de reconhecimento fácil em entradas estratégicas do prédio-sede, até 1º de novembro. Esclareceu caber à Coordenadoria Militar o mapeamento dos pontos de acesso de pessoas, e o estabelecimento específico da localização de entradas para desembargadores, servidores e público externo. Deu ao Comitê a dimensão do projeto, que expandirá para o controle do acesso de carros (com leitura de placa), contemplará também a tecnologia de reconhecimento facial nos corredores para identificar a eventual presença/circulação de pessoas com mandado de prisão expedido. Pontuou sobre o objetivo principal, concentrado na obtenção de registros sobre quem acessou o prédio, de que forma entrou e por quanto tempo permaneceu, bem como a frequência de acesso respectiva (seja semanal, mensal ou anual), além, por evidente, do fortalecimento da segurança como um todo. O Secretário de TIC revelou ainda, estar em estudo a inclusão no projeto de uma nova Central de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Monitoramento, com possibilidade de expansão para o interior do Estado, mantendo-se o controle concentrado na central, a ser fixada na sede.

Foi informado pelo Coordenador de Infraestrutura Tecnológica que cada Secretaria terá um fiscal nessa contratação, e que a SETIC terá como fiscal técnico o servidor Wanderson Benedito Souza da Costa, chefe da Divisão de Telecomunicações.

Deliberação:

Consignou-se que o Projeto de Controle de Acesso de Pessoas integrará tanto o Plano de Trabalho da SETIC, quanto o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).

2- Contextualização sobre o Processo de Planejamento Orçamentário de TIC

-O servidor Miguel Pernambuco apresentou ao Comitê a Proposta de Revisão do Processo de Planejamento Orçamentário. Detalhou que a construção da Proposta Orçamentária é feita com base no Plano Anual das Contratações (PAC) preliminar do exercício correspondente. Concretamente, e à título de exemplo, o envio da proposta orçamentária ocorreu em maio/junho de 2025, ao passo que a elaboração do Plano Anual das Contratações (PAC) correspondente começou em abril deste ano. Relatou que primeiro é feito o PAC, onde as Coordenadorias têm um envolvimento significativo nessa construção, na medida em que repassam informações das atuais despesas contratuais, bem como suas ideias para novas contratações. Dessa forma, com base na integralidade do levantamento do PAC 2026, foi elaborada a Proposta Orçamentária, que foi remetida à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças (SEPLAN) em junho, via Thema, pendente de retorno com a qualificação técnica total (com detalhamento do apontamento de fontes).

3- Apresentação da Proposta de Revisão do Fluxo de Planejamento Orçamentário

-O servidor Miguel Pernambuco propôs ao Comitê uma alteração na modelagem do processo para que primeiro ocorra o envio da Proposta Orçamentária à SEPLAN, e, na



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

sequência desse envio, a proposta seja apresentada e debatida junto ao Comitê de Gestão de TIC, não mais passando pelo Comitê de Governança de TIC, como determinado pelo fluxo vigente. Justificou a alteração sob o argumento de que, por uma questão de cumprimento de prazos atinentes à LOA, a eficiência do processo pode ser maximizada. Ademais, sustentou que a análise pelo Comitê de Gestão de TIC seria suficiente quando combinada com a apreciação da Proposta Orçamentária pela Comissão de Informática, conforme seu ato normativo, para conhecimento, amadurecimento e revisão do orçamento de tecnologia do Tribunal.

Deliberação:

À unanimidade, foi aprovada pelo Comitê a proposta de revisão do processo de planejamento orçamentário, sobre o qual deverá ser entregue novo desenho, que deverá estar pronto e publicado nos portais do TJPA no mês de agosto, devendo também ser apresentado à Comissão de Informática e ao Comitê de Governança de TIC (pela última vez antes da alteração do fluxo).

O Comitê de Gestão de TIC reunir-se-á novamente em 19 de agosto, às 9 horas.

Nada mais havendo a tratar, o Secretário de TIC agradeceu a presença de todos e encerrou oficialmente a reunião, que iniciou às 15:15h e finalizou às 16:32h.

Eu, PAULA GUERREIRO, Secretária do Comitê de Gestão da área de TIC, lavrei a presente ata, a qual subscrevo.

Belém, 28 de julho de 2025.